

Análise semanal do quadro oficial de informação sobre o Covid-19
Semana 31

(26 de Julho a 01 de Agosto - Semana 31)

Sumário

Os resumos semanais fornecem uma análise do que o Governo achou relevante informar sobre o Covid-19 durante a semana, e também a forma como essa informação pesa sobre determinantes importantes da acção política na pandemia: entre promoção e desenvolvimento de novas formas de ser e estar com vista a evitar futuras pandemias até à mera repressão de comportamentos desviantes à actual pandemia. A análise é enriquecida com a discussão de um ou mais artigos de opinião publicados nos semanários Savana ou Domingo. Os artigos analisados esta semana têm como tema “**A emergência continua**” e “**Os zumbins sociais**” da autoria de Belmiro Adamugy, ambos publicados no Domingo do dia 02 de Agosto de 2020.

Sugestões e recomendações da semana:

- O governo deve abandonar a perspectiva puramente legalista na abordagem à pandemia e abraçar abordagens mais políticas e sociológicas na negociação das limitações dos direitos e liberdades fundamentais. Tal como a equipa editorial do jornal Domingo mostrou, existe um grande consenso social sobre a pandemia.
- Por outro lado, tudo indica que os decretos, no seu desenho político-administrativo, de facto limitam as liberdades civis e políticas (não somente pelo conteúdo como é a sua função), transformando em zumbins sociais cidadãos que de outro modo seriam activos.
- O governo devia abordar a questão da testagem como uma medida de prevenção da transmissão e não de mera contagem do número de casos.

Introdução

Na semana 31 (26 de Julho a 01 de Agosto), as notícias mais reportadas estão ligadas aos artigos 1 (**Medidas de Execução Administrativas**), 3 (**medidas de prevenção e combate**), 15 (**aulas presenciais**) 34 (**Órgãos de comunicação social**), 40 (**Voluntariado**), 42 (**Acções de Sensibilização**) e 43 (**Medidas adicionais**).

No decurso da semana foram identificadas 119 notícias mais reportadas, ligadas a 7 artigos (artigos 1, 3, 15, 34,40,42,43), 31 menções relacionadas a 5 artigos (artigos 4, 6, 14, 25 e 38) e 11 notícias ligadas a 6 artigos menos reportados. De acordo com as notícias dadas esta semana, foi possível aferir que pouco foram reportadas acções sobre a actuação da Inspeção Nacional das Actividades Económicas no contexto do Estado de Emergência (1 notícia do artigo 26) e ainda são reportados casos de uso da força por parte dos Agentes da Polícia no âmbito da implementação do disposto no artigo 38, para garantir o cumprimento das medidas de prevenção e contenção da pandemia previstas no decreto presidencial do Estado de Emergência. Não obstante a importância da requalificação e reorganização dos mercados, a situação económica dos vendedores formais e informais afectados por essas medidas ainda não parece ser preocupação das autoridades estatais. Por outro lado, há uma participação massiva por parte dos vereadores dos mercados em alguns pontos do país, na monitoria e sensibilização dos vendedores e clientes dos mercados.

As escolhas da semana: “A Emergência continua...” e “Os ‘zumbis’ sociais”

Dois temas relevantes a um debate mais profundo foram levantados nos artigos analisados, lidando com a relação entre os cidadãos e duas dimensões do Estado de Emergência: a dimensão dos direitos e liberdades cívico-políticas e a dimensão dos actos administrativos e políticos para combater a pandemia. Do ponto de vista das **liberdades civis e políticas**, o editorial do Jornal Domingo apela para a contínua observância das restrições, tendo em conta que o fim da cobertura legal de acção do Estado para forçar o distanciamento não significa o fim da pandemia. Sob o apto título “**A Emergência Continua...**”, o editorial nos chama a atenção para o facto de que, independentemente da decisão que vir a ser tomada pelo Conselho de Ministros (que será anunciada depois de analisada a informação referente ao termo do Estado de Emergência enviada à este órgão, pelo Chefe de Estado), o importante é que os moçambicanos não se distraiam do

essencial, que é manter todas as medidas de segurança recomendadas para evitar a propagação do novo Coronavírus.

De forma geral, e como o CEDE vem observando da sua análise de notícias sobre a Covid-19, o governo goza de um apoio quase que incondicional da sociedade no que tange à necessidade de limitar as liberdades e os direitos cívics e políticos nesta pandemia. Isso parece indicar que o governo pode ir também por vias negociais com a sociedade para se cumprir com a obrigatoriedade do distanciamento social, e que não sejam necessariamente por alterações constitucionais ou outros mecanismos legais. Na opinião do CEDE, a coerção que se busca na legalidade pode não ser necessária a única via para o caso de Moçambique.

O mesmo consenso não parece existir quando se trata das medidas **político-administrativas** ligadas ao combate à pandemia. Sob o título “**Zumbis Sociais**” (Jornal Domingo de 2 de agosto de 2020, pag:9), Belmiro Adamugy levanta o dilema da crítica às acções do governo de combate à pandemia. Na sua opinião, a crítica que é conduzida por muitos pela via cibernética, é oriunda de zumbis sociais que no confinamento da pandemia se posicionam a atacar toda e qualquer acção do governo. A plataforma de comunicação Zoom transformou-se para o autor do artigo “num meio forte para nos encherem a paciência. (...). Mas há um dado interessante nessa cavalgada, destacam o que há de negativo, forçam a barra para encontrar razões para maldizerem do país onde nasceram e vivem”. Por um lado, as pessoas fazem chacota da determinação do governo de combater a pandemia por querer “sacar mola da comunidade internacional”. Por outro lado, as mesmas pessoas reconhecem o perigo da pandemia e acusam o governo de “querer matar os seus filhos”, quando este tenta reabrir as escolas.

Para o CEDE, existe aqui nesta percepção de Zumbis Sociais um desafio de comunicação pública por parte do governo, e que tem origem na forma como os três decretos sobre o Estado de Emergência foram pensados e formulados. Na recolha do CEDE, pudemos ver que muitas preocupações sociais e económicas ligadas à pandemia e aos seus efeitos não têm enquadramento directo no Decreto, fazendo com que muitas notícias fiquem numa categoria indefinida (esta semana 69 notícias ficaram nesta categoria). De certa forma, as limitações e rigidezes jurídicas dos três decretos podem estar a fazer com que cidadãos conscientes e responsáveis sejam percebidos como mortos-vivos políticos.

Forças

- Em alguns pontos do país nota-se uma forte participação por parte de vereadores dos mercados, no cumprimento das recomendações das autoridades, seguindo as medidas de prevenção da Covid-19;
- O Governo, em alguns pontos do país, está a enviar inquéritos às confissões religiosas baseadas naquela região do país no sentido de fazer um estudo visando apurar as condições existentes para o eventual relaxamento das medidas da Covid-19;
- A fraca reportagem acerca das penalizações por desrespeito ao decreto demonstra uma preocupação no cumprimento das medidas por parte dos cidadãos (1 notícia do artigo 44);
- Continuam os esforços de alargamento da escala de despiste da Covid-19.
- Mesmo com o fim do Estado de Emergência, continua a se verificar o cumprimento das medidas de prevenção por parte dos cidadãos.

Fraquezas

- O governo pouco discute as possíveis medidas de apoio social e económico aos vendedores formais e informais afectos pelas “requalificações” dos mercados e pela destruição de barracas e stands nos passeios;
- O conflito está a aumentar a vulnerabilidade das pessoas face à Covid-19, com o governo se mostrando incapaz de prover meios de proteção aos deslocados em Cabo Delgado.
- O não estabelecimento de critérios claros para a adesão à linha de crédito para o apoio às Pequenas e Médias Empresas, pode constituir um factor de risco que poderá influenciar no encerramento das empresas;
- Apesar da redução do número de notícias relativas à má actuação da Polícia na implementação do decreto, ainda se nota o uso da força;
- Houve fraca divulgação de mensagens relativas a actuação da Inspeção Nacional de Actividades Económicas, numa altura em que deviam ser reforçadas as acções de inspeção com vista a identificar e sancionar a especulação de preços e alteração de prazos pelos agentes económicos (1 notícia do artigo 26);

Ameaças

- Por conta dos impactos da Covid-19, Moçambique encontra-se entre os 27 países que estão na linha de frente da provável crise alimentar, tendo em conta a sua dependência da importação de alimentos, que estão agora expostos a oscilação de preços e das exportações de matéria-prima;
- A Covid-19 pode agravar o índice de desnutrição aguda nas mulheres e nas crianças.

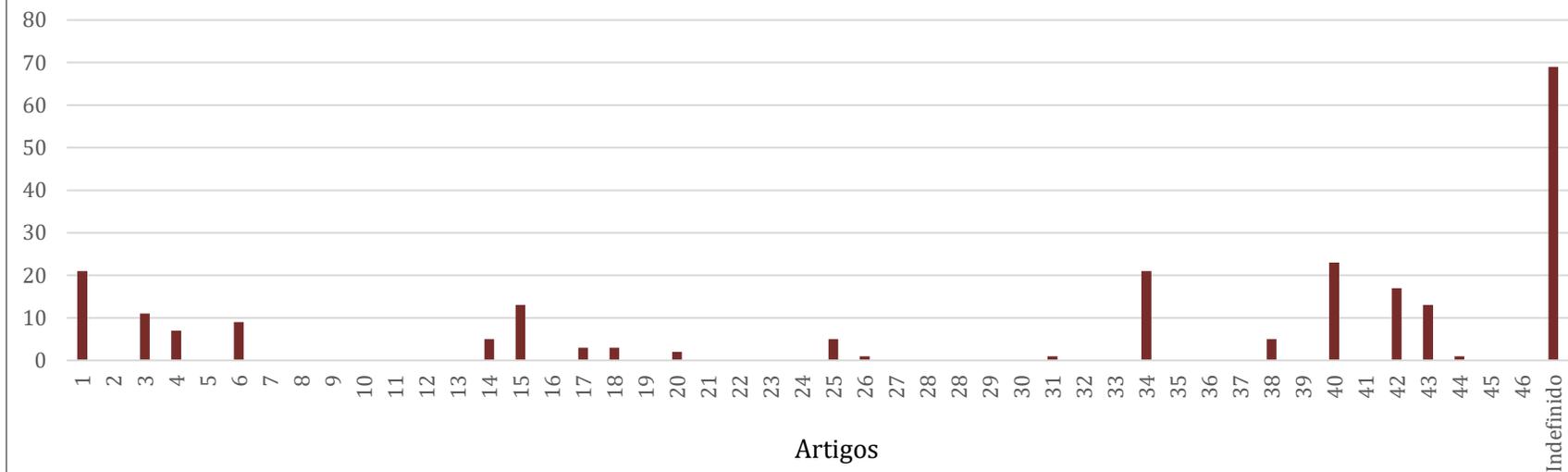
Sobre os resumos:

O CEDE tem recolhido desde 28 de Abril notícias sobre o Covid-19 nos órgãos de informação nacionais de forma a subsidiar a comunidade política, académica e cívica nas análises sobre como o Covid-19 é construído no espaço de deliberação democrática nacional. No caso de Moçambique, os media são neste contexto do Covid-19 e o concomitante Estado de Emergência, elementos importantes da estratégia governamental de combate ao vírus. Neste sentido, podemos com segurança assumir que os pronunciamentos públicos sobre o vírus feitos através dos órgãos de informação se constituem em indicadores do pensamento do governo, e que a forma como essa comunicação evoluiu indica o grau em que o Governo capta as reações e preocupações sociais em relação à sua abordagem sobre a pandemia do Covid-19.

Tabela: Notícias reportadas e o disposto no Decreto 51/2020:

Mais Reportados	Minimamente Reportados	Menos Reportados
Art.1 (12 Notícias)	Art.6 (7 Notícias)	Art.3 (3 Notícias)
Art.34 (16 Notícias)	Art.15 (7 Notícias)	Art.4 (5 Notícias)
Art.40 (19 Notícias)		Art.14 (4 Notícias)
Art. 42 (14 Noticias)		Art.17 (3 Notícias)
Art. 43 (12 Noticias)		Art.18 (3 Notícias)
		Art.20 (2 Notícias)
		Art.25 (5 Notícias)
		Art.26 (1 Notícias)
		Art.38 (4 Notícias)
		Art.44 (1 Notícias)
73 Notícias em 5 artigos	14 Notícias em 2 artigos	31 Notícias em 10 Artigos

Gráfico da Distribuição das Notícias por Artigo do Decreto 51/2020
(Mês de Julho, Semana 31)
CEDE



Maputo, 27 de Julho de 2020

Equipa editorial:

Milissão Nuvunga, Isabel Matias, Sheid Eura,
Homaida Obra, Daniela Joane, Elton Laissone

Parceiro:

